

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 29 a 31/03/2011.

Aos 29 dias do mês de abril de dois mil e onze, às dez e meia horas, no Auditório do Ministério das Cidades, situado no Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Ministro de Estado das Cidades, Mário Negromonte. Estavam presentes 106 conselheiros, sendo 57 titulares, 45 suplentes e 04 observadores. Os titulares foram representados por 05 conselheiros do Poder Público Federal, 02 conselheiros do Poder Público Estadual, 08 conselheiros do Poder Público Municipal, 17 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 08 conselheiros das Entidades Empresariais, 08 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 06 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 03 conselheiros das Organizações Não Governamentais. Após a composição da Mesa, o Ministro das Cidades, Mário Negromonte saudou os presentes e relatou o andamento dos vários programas em curso no Ministério das Cidades. Em seguida apresentou a pauta: **1. Abertura e Informes:** Ministro das Cidades Mário Negromonte. **2. Tema de Conjuntura** – Apresentação e Debate “Gestão Integrada de Riscos com Foco na Prevenção” com os palestrantes: Marcelo Pacheco dos Guaranys - Assessor Especial da Secretaria Executiva da Casa Civil, Antônio Marcos Mendonça - Analista do Ministério da Ciência e Tecnologia e Celso dos Santos Carvalho – Secretário Nacional de Programas Urbanos. **3. Reuniões dos Segmentos. 4. Reuniões dos Comitês Técnicos. 5. Plenária com relatos dos Comitês Técnicos. 6. Palestra** “Papel da Secretaria de Articulação Social para Integração dos Conselhos”, com o palestrante Pedro Pontual – Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República. **7. Votação das resoluções.** Após a aprovação da pauta, foi também aprovado o calendário das quatro Reuniões Ordinárias do Conselho das Cidades que serão realizadas em 2011: 28ª Reunião, de 29 a 31 de março; 29ª Reunião com a posse da 4ª Gestão, de 08 a 10 de junho; 30ª Reunião, de 14 a 16 de setembro e 31ª Reunião, de 07 a 09 de dezembro. O conselheiro Marcos Landa pediu a palavra para cobrar a atuação dos Grupos de Trabalhos criados em função dos megaeventos esportivos e manifesta a preocupação com o direito à moradia das populações vulneráveis. Informou que no Rio de Janeiro estão acontecendo despejos de forma violenta. Sugeriu a realização de uma reunião extraordinária para discutir a situação, que está muito grave. A conselheira Mércia Alves observou que o tema poderia ser pauta da reunião de junho, com a apresentação das intervenções e suas conseqüências nos estados hospedeiros dos megaeventos. O conselheiro Miguel Lobato concordou e acrescentou que o GT deveria ser empossado na próxima reunião. O conselheiro Marco Antonio Alves Jorge informou sobre audiências públicas que o CREA está promovendo em vários estados, e que o Conselho deveria designar um representante para acompanhar os eventos. O conselheiro Edmundo dos Santos solicitou que em respeito ao princípio da acessibilidade que a pauta fosse lida, e não só mostrada na tela. O conselheiro André Queiróz Guimarães solicitou uma posição em relação à resolução que recomenda a reformulação do decreto que institui o Conselho gestor de

FNHIS. ... TRECHO IMPOSSÍVEL DE RECUPERAR PORQUE A GRAVAÇÃO FOI DANIFICADA... 5. Relatos dos Comitês Técnicos.

A Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães iniciou o relato DO Comitê Técnico de Habitação explicando que a discussão envolveu dois pontos. O primeiro foi a proposta de modelo de plano local de habitação de interesse social em municípios com menos de vinte mil habitantes, considerando suas especificidades e dificuldades na prestação de assessoramento. Deve estar disponível a partir do dia vinte e cinco de abril no site do Ministério das Cidades, e até a metade do ano deve se realizar um curso à distância ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina para ensinar o preenchimento dos planos locais. Este ponto é importante porque foi deliberado pelo Conselho Gestor do FNHIS, que até o final do ano o conjunto dos municípios já deve estar com plano elaborado e aprovado nos conselhos locais. Essa medida pretende coibir planos inconsistentes, produzidos apenas para preencher as exigências de documentação na adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. O segundo ponto discutido foi a alteração de sistemática do trabalho social no programa Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de criar uma efetiva comunidade e garantir a sustentabilidade no que se refere à permanência das famílias. Para isto é preciso o comprometimento dos municípios para a implementação do programa desde a sua concepção até depois da entrega. Então, estão sendo aumentados os recursos para que os municípios implementem o trabalho social. Neste sentido a Caixa desenvolveu um instrumento de convênio, mas é preciso atrair profissionais, empresas e universidades com qualificação para trabalhar nos programas de trabalho social ligado a habitação. Um tema importante que se configura é o desenvolvimento de metodologias que considerem a especificidade do programa. Há um volume grande de empreendimentos acontecendo simultaneamente, com um grande número de unidades, e a dispersão dessa demanda. Diferentemente dos trabalhos em urbanização de favela, onde se começa a trabalhar as famílias muito antes da entrega das novas unidades, ainda no desenvolvimento do projeto ou no decorrer da obra, no caso do Minha Casa, Minha Vida, há, pela natureza do Programa, uma dificuldade em reunir as famílias de determinada demanda que está, muitas vezes, dispersa no território. Foi encaminhado o agendamento de uma reunião extraordinária do CTH para aprofundar o debate, principalmente no que se refere à estratégia específica para enfrentar esse desafio. Lembrou que aproveitariam a Marcha dos Prefeitos para um trabalho com os municípios, principalmente no que se refere à implementação dos modelos simplificados de plano, com o seu preenchimento *on line*. Na sequência da agenda, o Secretário Nacional de Programas Urbanos, Celso Carvalho, relatou a grande preocupação dos conselheiros membros do Comitê de Planejamento e Solo Urbano quanto ao acirramento dos conflitos fundiários urbanos, em função de grandes empreendimentos, eventos e processos de desenvolvimento econômico, com ênfase na atuação do setor hoteleiro no Nordeste que vem privatizando praias. Este conjunto de investimentos públicos e privados tem gerado impacto urbano muito grande, expulsando moradores de baixa renda. Neste sentido, o Comitê viu como extremamente importante retomar a discussão de regulamentação de um instrumento que pode ser adequado para prevenir esse tipo de consequência, que é o Estudo de Impacto de Vizinhança. O Comitê propôs à Secretaria de Programas Urbanos que estabeleça um processo de discussão à distância da proposta de regulamentação do instrumento EIV, com a colaboração da Diretoria de Desenvolvimento Institucional para montar os recursos no site. Essa primeira rodada deve culminar numa reunião do GT Conflitos, que vai aprofundar outras propostas de ação, principalmente a ativação da resolução de constituir uma comissão interministerial em que vai se discutir com outros órgãos

governamentais, responsáveis por grandes investimentos que tem gerado esses conflitos: os ministérios dos Esportes, Turismo e o próprio Ministério das Cidades. O Comitê também discutiu que um conjunto de grandes investimentos na área de transportes pode contribuir para a expulsão de moradores. Portanto, o Comitê decidiu convidar a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade para a reunião do GT de Conflitos, a fim de serem examinados conjuntamente ações e investimentos que minimizem os impactos gerados pelas intervenções. O segundo ponto de discussão foi a elaboração de um relatório da SNPU, no sentido de subsidiar uma discussão na próxima reunião, sobre o Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, avaliando os principais problemas e o que precisaria ser feito para avançar efetivamente na regularização fundiária urbana dos municípios da Amazônia. Além disso, a SNPU procede a um levantamento de legislação, como a revisão da Lei de Parcelamento do Solo, a Medida Provisória nº 514, que objetiva viabilizar o programa Minha Casa, Minha Vida 2, e ainda, o conjunto de iniciativas no âmbito legislativo relacionado ao planejamento e gestão metropolitana. Em seguida solicitou que se convoque a nova Secretária do Patrimônio da União para que apresente as propostas da Secretaria a respeito de regularização fundiária, destinação de imóveis públicos e concretização da função social da propriedade do Patrimônio da União. Finalmente o Comitê solicitou a leitura ao Plenário de carta do Fórum Nacional da Reforma Urbana - a Agenda Estratégica para Implementação de uma Política de Desenvolvimento Urbano para que pudesse ser referendada como moção pelo Conselho. A Coordenadora leu o documento (constante dos Anexos da Ata da 28ª Reunião). O conselheiro Miguel Lobato defendeu a aprovação do documento, porque possui vários pontos que devem ser debatidos com o Governo a fim de aprofundar a política urbana a partir da concepção do Fórum. Lembrou que o programa Minha Casa, Minha Vida foi criado numa época em que o país precisava de geração de emprego e renda para enfrentar a crise econômica. Mas na medida em que o quadro foi alterado, o Fórum propõe a mudança do modelo implementado pelo Programa, e o principal avanço será aprovar a PEC da Moradia Digna para transformar a Política de Habitação num sistema único. Declarou que na abertura da 28ª Reunião o Ministro tocou em um dos pontos que o Fórum pautou em reunião anterior com ele, a questão da morte no trânsito. O conselheiro Marco Landa reforçou que a Carta deve ser assumida pelo Conselho e propôs a retirada da palavra “remoção” do texto, substituindo por “transferência”. Sugeriu que na próxima reunião do Comitê de Saneamento, o Ministério do Meio Ambiente compareça e apresente o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, porque a política nacional de saneamento é responsabilidade do Ministério das Cidades e este plano tem que estar incorporado no Plano Nacional de Saneamento. Lembrou que o Grupo de Trabalho Interministerial foi criado justamente para os outros ministérios contribuírem com o Plano Nacional de Saneamento e organizar a intersetorialidade do governo, para não haver superposição de esforços. A conselheira Henriqueta Arantes afirmou que, tendo em vista que os assuntos elencados na Carta estão sendo discutidos, nos Comitês e alguns dos GTs, sugeriu como encaminhamento dessa pauta que numa na próxima reunião se discutissem pontos de priorização, já que o Conselho não tem apresentado proposições objetivas para o Executivo dar encaminhamento. Uma das prioridades foi a Lei da Moradia Digna, que transforma o Minha Casa, Minha Vida em programa de Estado. O conselheiro Orlando Junior considerou que a Carta encaminha reivindicações concretas do Fórum junto ao novo Ministro das Cidades para que essas propostas sejam efetivamente transformadas em políticas. Pediu que o posicionamento do Fórum fosse registrado em ata, mas que não era o caso de passar por deliberação do Conselho nem ser transformado em moção. Observou que o texto da Carta não pode ser alterado, que a política de remoção tem que

ser denunciada e por isso é empregado o termo nos documentos do Fórum. Portanto, o documento deve ser registrado na ata tal como foi elaborado. A seguir, Luiz Carlos Bueno, Secretário de Mobilidade Urbana iniciou o relato comunicando que na Reunião foram apresentadas as ações relacionadas aos PAC's. O PAC da Copa recebeu onze bilhões e oitocentos milhões de reais de investimentos totais. O programa de intervenções nos doze municípios sedes levou em consideração a questão do legado, ou seja, todos os projetos têm a ver, necessariamente, com a melhoria da estrutura urbana, o acesso a aeroporto, estádios, rede hoteleira e sistema de saúde. O PAC 2, consiste em requalificação de vias urbanas, em que foram disponibilizados seis bilhões no montante total. Três bilhões foram empregados, na primeira etapa, com bairros sem pavimentação. Na etapa atual, três bilhões e seiscentos milhões, serão empregados em pavimentação, calçada, drenagem e iluminação. O Secretário informou que vários municípios não focaram os bairros onde realmente há necessidade de investimento e não tiveram os projetos aprovados. Como a partir de julho haverá novo processo seletivo, ressaltou que desta vez o programa deve ser muito bem divulgado. Informou, em seguida que foi lançado o PAC da Mobilidade, cuja seleção é feita de forma conjunta pelo Planejamento, Casa Civil, SRI e Ministério das Cidades. Serão atendidas quatro categorias de municípios: a partir de setecentos mil habitantes, de setecentos mil a um milhão e de um milhão a três milhões e acima de três milhões. A partir de segunda feira a equipe técnica começa avaliar os pleitos apresentados em reuniões seletivas, para identificar, negociar e apresentar as dúvidas que os técnicos apontaram em relação aos projetos. Assim, espera-se que os estados e os municípios possam adequar os projetos e torná-los defensáveis do ponto de vista do investimento. Relatou, em continuação sobre o transporte metroferroviário em Minas Gerais e Pernambuco, que existe uma tendência a nível nacional de que a CBTU estadualize as estruturas que possui hoje, basicamente, em Belo Horizonte e estados do Nordeste. Relatou, a seguir, que o acompanhamento das obras é um grande problema devido ao grande volume delas, e que com o quadro técnico da Secretaria, trabalham por amostragem e em parceria com o Exército. Informou que deve acontecer em maio uma reunião extraordinária do Comitê, para avaliações e a definição de uma estratégia de identificação das ações mais defensáveis para serem apresentadas nas propostas de PAC. Relatou, a seguir, que a Semob, junto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos está criando uma ação integrada de acessibilidade e de como melhorar a estrutura para as pessoas com algum tipo de deficiência. Finalizou lembrando que a apresentação do Comitê de Mobilidade vai estar disponibilizada no site da Secretaria. O conselheiro Edmundo dos Santos fez questão de registrar que alguns projetos da Copa e do PAC Pavimentação não passaram pelo Pleno do Conselho e de seu Comitê de Mobilidade. Do mesmo modo que aconteceu com o programa Minha Casa, Minha Vida, o PAC Copa foi lançado, mas o Conselho não pode intervir. A conselheira Neusa Santos pediu para o Secretário detalhar a quantidade de obras do PAC, o volume de recursos, especialmente para o metrô, e em quais cidades. Mostrou preocupação com o risco de uma grande inversão de recursos para a Copa e depois vários equipamentos não serem utilizados pela comunidade, como hotéis vazios e estádios sem uso. Sugeriu que para a reunião extraordinária os conselheiros que assim o desejassem fossem convidados, pela relevância do debate, que é do país inteiro. O Secretário Luiz Carlos Bueno respondeu que no caso do PAC da Copa, cinquenta e cinco projetos foram apresentados, dos quais, grande parcela de recursos vem do FGTS. Do programa Pro-Transporte a linha Transcarioca, no Rio de Janeiro, está sendo financiada pelo BNDES, em cerca de um bilhão e duzentos milhões de reais. O total de recursos gira em torno de oito bilhões de reais de financiamento disponibilizado pelo governo federal mais a contrapartida dos estados e municípios. Destes, há problemas em

Natal, no Recife e em Brasília. Continuou afirmando que houve um cuidado muito grande com o legado, que todos os investimentos voltados para a Copa vão continuar contribuindo com a qualidade do transporte para esses municípios. O conselheiro Carlos Comasseto comentou sobre a necessidade de o Conselho discutir critérios para a alocação de recursos para os diversos projetos de metrô. A seguir, perguntou sobre a orientação da Secretaria quanto ao controle social nas grandes obras do PAC Copa, que não está sendo considerado na discussão tanto da Copa quanto do PAC 2. Vários conselheiros denunciaram casos de remoção e violência no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, onde ocorrem situações de higienização urbana, criadas pelas intervenções voltadas para megaeventos e promoção do turismo. Lembraram a Resolução Recomendada nº 95, recomendando a criação de GT's para monitoramento das intervenções relacionadas aos megaeventos. Solicitaram várias medidas, como um acompanhamento efetivo do Ministério das Cidades, além de órgãos como os CREAS e o CONFEA, os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e as Defensorias Públicas, para salvaguardar os direitos dos cidadãos, inclusive para que atendam não apenas o momento eventual da Copa. O conselheiro Nelson Saule chamou a atenção para o fato de que, diferente das outras áreas do Ministério das Cidades, falta uma regulação para a política de mobilidade urbana, o que abre um campo de discricionariedade tanto no governo federal como para os estados e municípios. Assegurou que o Estudo de Impacto de Vizinhança é um instrumento bastante eficiente para avaliar a adequação dos projetos gerais de mobilidade urbana e que o exame desta possibilidade deveria ser priorizado em razão da conjuntura dos conflitos decorrentes dos projetos de mobilidade urbana. Seria importante a participação da Secretaria de Mobilidade no GT Conflitos, para corrigir a defasagem que está ocorrendo, ao se discutir, no seu âmbito, conflitos gerados por investimentos controlados por aquela Secretaria. Seria um modo de criar um mínimo de integração no próprio Ministério e construir uma agenda que extrapole o isolamento da gestão da mobilidade. Sugeriu que se coloque este assunto na pauta da próxima reunião, pois diretrizes mais focadas para o desenvolvimento desses projetos podem vincular mais a atuação dos municípios e estados nos projetos que estão impactando as cidades. O conselheiro Wagner Fajardo reclamou que 90% do tempo de reunião do Comitê de Mobilidade foi dedicado à explanação dos projetos, sobre os quais, nem o Ministério nem o Concidades têm muita autonomia de gestão, já que os estados encaminham as suas propostas e cabe ao Ministério apenas aprovar. Referiu que a Companhia Brasileira de Transportes Urbanos sempre teve uma participação muito secundária no Comitê de Mobilidade e nunca apresentou seus projetos. Ela já estadualizou o sistema de trens e o metrô de Salvador, cidade que até o momento não construiu o metrô. O Ministério Público Federal está questionando o modelo que foi utilizado para a estadualização, em que o interesse público não foi atendido. Foi proposta a realização da reunião extraordinária, já que há previsão para fechar o processo do PAC da Mobilidade no dia 12 de junho. Seria necessário, no mínimo, a apresentação das propostas na 29ª Reunião do Conselho, porque se sabe que virão propostas de privatização que retiram o poder público da gestão dos sistemas de transporte. A conselheira Neusa Santos pediu que o governo federal divulgue em audiências públicas as obras que vão ser feitas nas cidades, para que se exerça adequadamente o controle social. Em seguida, solicitou que a cada viagem do Ministro para discutir obras do PAC Copa, que fossem convidados todos os conselheiros do respectivo estado, já que é este o seu papel e isso fortalece mais a Secretaria de Mobilidade. Propôs, em seguida, em nome do Conselho que a Semob promova em todas as 12 capitais da Copa, uma exposição sobre os investimentos locais realizados, a fim de criar uma interlocução na ponta onde estão sendo recebidos os benefícios. Daniel

Montandon, Diretor do Departamento de Planejamento Urbano da SNPU sugeriu que o Comitê de Mobilidade trabalhasse a proposta da conselheira Neusa Santos como resolução na reunião extraordinária do Comitê, anteriormente citada. Para o último relato dos Comitês, foi dada a palavra para Viviane Simon, da Diretoria de Articulação Institucional da Secretaria de Saneamento, que iniciou informando que foram selecionados cento e dois municípios para os planos nacionais de saneamento básico, mas o número de propostas foi muito abaixo do esperado. Neste contexto, algumas propostas não tinham a substância necessária para que fossem aprovadas ou foram apresentados por consórcios indevidamente constituídos, o que inviabilizava a sua seleção. Duzentos e oito representantes dos municípios selecionados foram capacitados para utilizar um manual de diretrizes que foi elaborado pelo Ministério das Cidades. Solicitou o monitoramento por parte dos conselheiros nos respectivos estados e municípios se os planos municipais de saneamento estão sendo elaborados de acordo com aquelas diretrizes. Nos municípios “não PAC” está prevista para 2011 e 2012 uma agenda de capacitação com trinta e quatro oficinas estaduais. Outro informe tratou do PAC Saneamento, PAC 2 geral, para o qual foram realizadas 514 reuniões com estados e municípios para avaliar projeto a projeto, com um posicionamento técnico muito forte a fim de distinguir um bom projeto dos inviáveis. Anunciou um bilhão de financiamento para o PAC 2 aos municípios abaixo de cinquenta mil habitantes. Na discussão do Plano Nacional de Saneamento Básico, mencionou, inicialmente, o adiamento para abril da reunião inicialmente marcada para janeiro. Isto foi devido ao fato de que em dezembro foram recebidas muitas contribuições, das quais a grande maioria foi acatada integralmente ou parcialmente. Pequenas parcelas delas não foram acatadas, por que requeriam uma análise para a qual os dados ainda não estão consolidados. Outro grupo não foi acatado por razões estruturais, que poderiam alterar a estrutura do documento. A seguir, foi feita uma apresentação do PLANSAB e o seu calendário (ver anexos da 28ª Reunião) para as novas ações e seminários. Conforme resolução do Concidades serão feitos os cinco seminários regionais, conforme o calendário. Um conselheiro em cada região vai se responsabilizar pela organização: no Norte o Matos, no Sul o Gilberto, no Nordeste Pedro Romildo e Evanildo, no Sudeste o Landa. Serão realizadas, ainda, duas audiências públicas, uma delas em 13 de maio, seguida de consulta pública no dia 16 de maio, quando todos poderão ingressar com emendas, críticas ou sugestões até 4 de junho. Entretanto, dependendo do número de contribuições, o prazo pode avançar. Após isto, a proposta passa pelos três conselhos: CONAMA, Recursos Hídricos e Conselho da Saúde, e finalmente pelo Conselho das Cidades. Finalizou pedindo para que na próxima reunião houvesse máximo esforço para não haver atrasos e que o debate seja organizado, para que nenhum comitê fique prejudicado. A Coordenadora assegurou que esta sistemática seria adotada. A conselheira Solange Bergami mostrou preocupação com a falta de interesse dos poderes estaduais ou municipais em iniciar o processo de construção dos planos de saneamento participativo. Indagou se o Comitê pensou em monitorar os prazos. Viviana Simon informou que a lista dos selecionados está no site do Ministério e assegurou que a participação e o controle social estão sendo extremamente cobrados aos municípios apoiados com recursos da União. As exigências aos planos de saneamento ambiental ultrapassam os requisitos básicos. De outro lado, para quem não tem recurso da União não há imposição, mas o Decreto do Saneamento também determinou que, a partir de 2014, só recebe recurso quem tiver plano e controle social. Relatou que a Secretaria de Saneamento se preocupa com possibilidade de alguns entes federados escamotear a construção dos planos, ou neles só incluírem água e esgoto; neste sentido, solicitou a vigilância do Conselho. A conselheira Mércia Alves sugeriu que os planos municipais tenham a participação das academias.

Reclamou, em seguida, que o formato do pleno em discussão com o café sendo servido do lado de fora revela descompromisso e impede a qualificação do debate. Reiterou que a situação ocorre há várias reuniões e que a estrutura delas deve ser repensada pela Coordenação Executiva do Conselho. O conselheiro Jurandir Guatassara comentou que pela primeira vez, numa reunião de segmento houve instalações adequadas para fazer uma discussão com qualidade, uma vez que o horário noturno para estas reuniões é muito cansativo. Vários conselheiros lembraram a reivindicação de que as reuniões dos Comitês ocorressem durante um dia inteiro. O conselheiro André Guimarães avaliou ser necessária a capacitação dos gestores públicos de municípios pequenos, para a construção de planos adequados. Solicitou à Coordenadora a ação da DDI junto às Secretarias para disponibilizar os modelos bem sucedidos de campanhas de capacitação utilizados anteriormente. Viviana Simão informou que os municípios que não receberam recursos podem ser apoiados pela FUNASA e lembrou também os recursos de emendas parlamentares na Comissão de Desenvolvimento Urbano, no valor de cinquenta milhões. Informou ainda que a Secretaria de Saneamento, quando é consultada pelos municípios, sempre menciona as academias para a elaboração dos planos, tanto aos selecionados pelo PAC, quanto aos “não PAC”.

6. Palestra. A Coordenadora convidou Pedro Pontual, da Secretaria Nacional de Articulação Social para iniciar a sua palestra. O Diretor de Participação Social relatou o diálogo, empreendido pela Secretaria, com todos os conselhos nacionais, sobre o papel da Secretaria Nacional de Articulação Social, que tem por missão estabelecer o diálogo com os movimentos sociais e coordenar as políticas de participação social no âmbito do Governo Federal. Explicou que a Secretaria Nacional de Articulação Social está sendo estruturada em torno de três pilares e o primeiro é o diálogo com os movimentos sociais, para que tragam a sua pauta e que a Secretaria possa contribuir para que ela seja processada no âmbito da Esplanada dos Ministérios. O segundo pilar é o da participação social, expandindo a idéia de participação social para transformá-la em um método de governo. Seria interessante criar mecanismos e linguagens de participação que possam ampliar o processo de consulta pública, por exemplo, com a inclusão das novas tecnologias, o que pode permitir um espectro da população bem maior do que conseguem chegar muitas vezes os instrumentos mais institucionalizados de participação. Não se pretende substituir as esferas públicas onde existe um debate, mas, a participação mais ampla de cidadãos nas políticas, nos programas, nas ações pode dar um referencial mais forte para o controle social. Especificou o desafio de contribuir para uma maior articulação entre os conselhos e as conferências, a fim de reduzir a fragmentação das políticas públicas, que muitas vezes se reproduz nos conselhos nacionais. Constatou que a efetividade das políticas tem na intersectorialidade um indicador fundamental, e, portanto, trata-se de buscar que os canais de participação social trabalhem no sentido da articulação das políticas. Relatou que estão sendo formados alguns fóruns interconselhos, reunindo representantes do governo e da sociedade civil para pensar a integração desses espaços. Outro ponto de discussão é a necessidade do monitoramento das resoluções das conferências, e criar um mecanismo para acompanhar o andamento das resoluções, a fim de dar visibilidade à sociedade da efetividade dessas ações. Finalmente, explanou sobre o terceiro pilar, que é o da educação popular, para o maior enraizamento dos instrumentos de participação social. Ela demanda um processo de formação dos atores sociais que interagem nas esferas públicas, para que tanto os atores sociais quanto os gestores possam estabelecer diálogo a partir de uma clara compreensão do papel do Estado e da sociedade civil, de como funciona a máquina pública. Neste sentido a Secretaria de Articulação Social apoia vários esforços. Um deles é o convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais,

com o Programa Nacional de Formação de Conselheiros. De outro lado, investe-se na Rede de Educação Cidadã, que conta com educadores populares em todos os estados da federação, para ampliar e consolidar o processo de formação popular. Embora a Secretaria Geral por si só não tenha condições de fazer cursos nos municípios, ela pode trabalhar alguns marcos de referência, e o município que quiser ter acesso à um programa básico pode estabelecer uma parceria com ONGs que têm experiência já acumulada nos estados, para desenvolver essas práticas. Finalizada a exposição, o conselheiro Marcos Landa, que a pedido da Coordenadora passou a coordenar o debate, abriu as inscrições. O conselheiro Miguel Lobato mencionou a importância de ser instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, mas que o governo não tem uma posição clara sobre o Sistema. Trata-se de uma tarefa para o próximo Conselho, que não depende só dele, mas da posição política do Governo. Pediu a volta da mesa de negociação com os movimentos populares como a que existia junto à Secretaria Geral no Governo passado. O conselheiro Carlos Comasseto discorreu sobre o aprofundamento da democracia participativa, que tem de avançar para o processo de planejamento participativo, pressupondo a integração do conhecimento técnico com a cultura popular, a fim de dirimir o conjunto de conflitos que surgem ao longo dos grandes investimentos. O conselheiro Iramar Cardoso ressaltou a incongruência entre o corte de recursos e o discurso do fortalecimento do controle social. Celso Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos comentou a tensão intrínseca entre o governo e os conselhos, já que a postura do administrador público é “deixa que eu faço sozinho, que vai mais rápido”. Declarou que, entretanto, na sua experiência, a presença do conselho criticando, controlando e sugerindo, embora torne o processo de governo mais difícil, aumenta a chance de acertos e de diminuir os erros. É preciso que os administradores consigam trabalhar e tirar vantagem dessa tensão permanente, e por isso, é importante que o processo de capacitação para a participação esteja aberto aos servidores do governo. Sugeriu que fosse constituído um grupo de secretários executivos de conselhos, para que haja diretrizes unificadas do governo para todos os ministérios. O conselheiro Marco Antônio Alves sugeriu a realização de um seminário envolvendo todos os conselhos, para propiciar a troca de experiências, o relato dos problemas e a socialização dos métodos de trabalho. O conselheiro Yure Silva Lima relatou a complexidade de os participantes de conferências em todos os níveis darem conta do leque de discussões pontuais, e por isso é importante um trabalho metodológico muito grande para fazer com que as conferências aconteçam com um debate proveitoso. Um grande conselho, que pudesse debater transversalmente esses temas, seria de fundamental importância. O conselheiro Laerte Oliveira comentou as barreiras para os municípios participarem do ciclo das conferências, pois muitos gestores consideram que a interação com a sociedade organizada traz embaraços. De outro lado, a estrutura federativa e as regras de constituição do processo das conferências, acabam por ocasionar que estas arenas recebam frequentemente, um número muito grande de delegados, o que impede uma discussão produtiva. Ressaltou que é preciso reformar o processo de organização das conferências e ofereceu colaboração sua colaboração, referindo a uma proposta já montada, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo. O representante da Confederação Nacional do Comércio demandou a ampliação do diálogo da Secretaria de Articulação Social para a sociedade civil organizada como um todo, e não apenas com os movimentos sociais. Relatou o amadurecimento na relação entre os segmentos. Em seguida, reclamou da reduzida participação dos membros dos outros ministérios no debate, em que eles poderiam contribuir muito. Explicou que as representações ministeriais no Concidades foram estabelecidas com a intenção de que houvesse proximidade e troca com os demais

conselheiros. A conselheira Solange Bergami reforçou a fala anterior, afirmando que é ruim o relacionamento entre os conselhos e o poder público, ressaltou que há diferença de tratamento nos três níveis da federação, sendo que no municipal é o pior. Quanto à participação dos governos, geralmente são escolhidos representantes sem poder decisório. A conselheira Mércia Alves afirmou considerar necessário repensar o conceito de participação social como um instrumento para fortalecimento da democracia participativa, porque este processo tem funcionado muito mais como instrumento de legitimação das decisões governamentais. Nas conferências das cidades estaduais e municipais, muitas vezes há uma carência de conteúdo nas discussões para a estruturação eficaz da política de desenvolvimento urbano local. As conferências têm acontecido como processos e não como fortalecimento da política. Muitas das deliberações da 4ª Conferência Nacional das Cidades repetem as das conferências anteriores, pela falta de monitoramento. Advertiu ser preciso fortalecer os municípios, para a implementação das diretrizes da política de desenvolvimento urbano, porque é a ponta frágil do processo de efetivação da agenda da reforma urbana. O conselheiro Jurandir Guatassara salientou que diante de alguns programas governamentais, o Conselho fica ao largo de qualquer reflexão ou debate, como aconteceu com o programa Minha Casa, Minha Vida. Várias questões que foram colocadas nas conferências e debatidas no Conselho, que certamente constituiriam avanços nos grandes programas, só serão incorporadas tardiamente, quando o tempo acumular as deficiências. Questionou, assim, a efetividade da presença do Conselho produzindo os debates de políticas públicas. O conselheiro Alcir Matos lembrou a experiência na Conferência Nacional de Saúde Ambiental, na qual três conselhos, de forma integrada, coordenaram a conferência. Afirmou o interesse em recuperar a memória do comitê técnico de integração, apesar de ter sido um processo difícil. O Diretor de Participação Social, Pedro Pontual iniciou a resposta aos debatedores observando que o rumo que a participação social vai tomar tem a ver com vontade política do Governo, mas requer também um alto grau de co-responsabilidade com intervenções propositivas, pressão, e mobilização. Concordou com algumas intervenções, de que a sociedade civil organizada é mais do que os movimentos populares, envolve outros segmentos, e a resolução de muitas das questões levantadas sobre as políticas públicas têm em outros segmentos atores muito importantes. Lembrou, entretanto, o histórico alijamento dos movimentos sociais do direito a participar e por este motivo foi dado o destaque aos movimentos, no sentido de resgatar uma dívida social muito antiga do estado brasileiro com relação à participação dos setores populares. Este fato não significa desconsiderar a participação de outros segmentos. A ação da Secretaria Geral é no sentido de reunir os vários atores envolvidos e produzir uma mesa de concertação. Quanto à discussão do Conselho ser consultivo ou deliberativo, sugeriu que se fizesse uma avaliação crítica sobre até que ponto a prática do Conselho tem influenciado nas políticas. Aí entra a questão do monitoramento, que é um dos desafios mais importantes e umas das prioridades da Secretaria de Articulação Social. Quanto aos impactos provocados pelos cortes de recursos pelo Governo, lembrou a Conferência de Saúde Ambiental como um exemplo para estimular essas experiências, além da idéia de um seminário nacional de conselhos e a promoção de ações intersetoriais entre conselhos por afinidades temáticas. Sobre a Lei da Transparência, talvez umas iniciativas mais importantes do governo do presidente Lula e que nem sempre foi divulgada, afirmou que a lei pode ser aproveitada também para divulgar, por meio dos portais de transparência, não só as contas públicas, mas também os instrumentos de controle social, informações sobre os conselhos e relatórios das conferências. O Diretor finalizou relatando que a CGU - Controladoria Geral da União está convocando sua primeira conferência em 2012. O seu tema é a

transparência e o controle social da gestão pública nos aspectos em que a CGU é responsável - o controle social sobre os recursos públicos. Ressalvou que a sua divulgação inicial criou uma expectativa de que esta fosse a “conferência das conferências”, conforme uma proposta que vem sendo gestada em muitos setores do movimento social. Esta interpretação causou preocupação pela perspectiva de criar uma expectativa que não seria devidamente correspondida. Uma grande conferência nacional para debater o conjunto da gestão pública e das políticas públicas ainda precisa ser amadurecida, com concepções sobre a maior articulação dos conselhos e das conferências. O conselheiro Edmundo dos Santos informou que a ONG Vida Brasil lançou um guia de acessibilidade e políticas públicas da cidade de Salvador, e orientou que pode ser solicitado através do email da Vida Brasil. O conselheiro Marcos Landa colocou em pauta a aprovação da ata da 27ª Reunião do Conselho das Cidades e deu a palavra para a conselheira Mércia Alves, que iniciou a avaliação observando que a data correta é 6 e 7 de 12; afirmou que poderia enviar alguns reparos por email posteriormente; explicou que em sua explanação no Tema de Conjuntura - o Balanço sobre a Atuação da Terceira Gestão do Conselho, ela esclareceu, naquele momento, que não tinha um documento consolidado de balanço porque a contribuição das Secretarias Nacionais chegaram tarde e a Coordenação Executiva do Conselho não consolidou o documento de balanço. O que houve foi uma apresentação do texto das Secretarias, e o que consta no anexo da ata não é documento de balanço da atuação do Concidades, na verdade é a apresentação pelas Secretarias Nacionais do balanço de sua atuação. A Coordenação Executiva, não conseguiu fazer o documento de balanço, ele não foi sistematizado. O conselheiro Miguel Lobato levantou uma questão de ordem baseada no Regimento do Conselho, cujo artigo 5º diz que o Ministro das Cidades presidirá a Reunião e será substituído em sua ausência pela Secretaria Executiva do Ministério. No inciso terceiro, é delegada a competência ao Secretário Executivo do Concidades a competência de presidir a Reunião quando necessário. Continuou sua fala afirmando que a Coordenadora esclareceu que o ministro delegou para ela a tarefa de presidir o Conselho quando estivesse ausente. O conselheiro Wagner Fajardo solicitou que fosse registrado o fato negativo da ausência do Ministro e do Secretário Executivo na primeira reunião do Conselho. A ata foi aprovada e iniciou-se a rodada de deliberação das resoluções. O conselheiro Marcos Landa leu a primeira proposta (Ver no Anexo da 27ª Reunião Proposta Audiências), que recomenda a convocação pelo Ministério das Cidades de audiências públicas sobre os investimentos do Governo em Mobilidade Urbana nas capitais-sedes dos jogos da Copa. Depois de um pequeno debate sobre se as audiências seriam coordenadas pelos conselheiros regionais das cidades nos seus respectivos estados ou pelos conselheiros nacionais do Concidades, prevaleceu esta última redação. O conselheiro Edmundo Santos propôs, e foi aceito, um novo artigo considerando a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O conselheiro Marcos Landa leu a segunda proposta (Ver no Anexo da 27ª Reunião Proposta CBTU), sobre a estadualização dos sistemas metroferroviários geridos pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. Foram introduzidas diferentes propostas de alteração no artigo 1º, que recomendava que propostas de transferência do sistema metroviário geridos pela CBTU, fossem submetidas à apreciação e avaliação do Conselho antes de qualquer iniciativa de outros órgãos. Para a conselheira Henriqueta Arantes a missão do Conselho é avaliar a política, e não o operacional, que é competência do Ministério. Sua redação propunha “recomendar ao Ministério das Cidades que apresente para apreciação e avaliação do Conselho das Cidades a política pública para operar a transferência dos sistemas”. O conselheiro Wagner Fajardo lembrou que no Comitê de Mobilidade havia sido amplamente discutido o sentido da

resolução, e que se desejava, efetivamente, a garantia de o Conselho apreciar e avaliar qualquer proposta de transferência do sistema. Esclareceu que a proposta de resolução estabelece que qualquer decisão que envolva a CBTU passe pela opinião do Conselho, pois não é admissível a CBTU tomar decisões como fez com Salvador, atropelando, inclusive, liminares, para aprovar a estadualização. Relatou que vários membros do movimento popular propuseram que a CBTU precisa prestar contas ao Conselho e ao Comitê de Mobilidade. A proposta vencedora foi a do conselheiro Wagner Fajardo, que recebeu 8 votos, contra 7 e 5 abstenções. Depois, passou-se à discussão se seria alterado o artigo 3º, recomendando aos entes federativos que antes de qualquer decisão, fossem promovidas audiências públicas nos respectivos legislativos. O conselheiro Wagner Fajardo defendeu a manutenção do texto porque o legislativo precisa participar, opinar, e discutir através de audiências públicas antes de qualquer decisão. O conselheiro Sandro Veríssimo discordou de que o procedimento fosse efetivado “antes de qualquer decisão”, dado o grande atraso que esta recomendação poderia produzir nos empreendimentos. O conselheiro Miguel Lobato apresentou uma proposta intermediária de retirada condicional do artigo, se houvesse compromisso do Secretário Luiz Carlos Bueno em colocar na pauta do Comitê de Mobilidade a presença da CBTU para expor a questão e dirimir as dúvidas. Neste caso, conforme a deliberação do Conselho sobre os rumos do Sistema Metroviário, o artigo pode voltar. A conselheira Neusa Santos propôs uma variante contrária à anterior, ou seja, mantém-se o artigo, mas caso a CBTU venha a fornecer de forma inequívoca informações que estejam de acordo com a deliberação do Conselho, o artigo 3º pode ser suspenso. Encaminhada a votação, a proposta de manutenção conforme foi redigida pelo Comitê de Mobilidade recebeu 16 votos e a de alteração recebeu 1 voto. O conselheiro Herivelto Bastos contestou manter na resolução um artigo de convocação da CBTU se o Comitê poderia fazê-lo. A conselheira Mércia Alves sugeriu que Comitê encaminhe a convocação para a Coordenação Executiva, e esta manda um ofício para a CBTU. O trecho foi retirado e o conselheiro Marcos Landa deu andamento à terceira proposta (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião - Proposta Missão), que recomenda a constituição de uma representação do Conselho das Cidades para acompanhar a Missão da Relatoria do Direito à Cidade. Os conselheiros Miguel Lobato e Henriqueta Arantes propuseram priorizar a participação junto à Missão dos conselheiros provenientes de estados que vão sediar a Copa do Mundo. O conselheiro Ênio Nonato considerou importante a presença dos conselheiros que atuam no GT Conflitos porque estão envolvidos com essa temática há muito tempo. Sem nenhum voto contrário, a resolução foi aprovada com as alterações sugeridas. A 4ª proposta apresentada (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião - Proposta Orçamento) dispõe sobre a programação e execução orçamentária para 2011 e o planejamento de ações do Ministério das Cidades no período de 2012 a 2015. Foi lida pelo conselheiro Marcos Landa e como não teve destaques foi aprovada automaticamente. A 5ª proposta (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião - Proposta Recursos Conselho) recomenda ao Ministério das Cidades a adoção de medidas que garantam recursos para o funcionamento do Conselho, da política de controle social e do desenvolvimento urbano. O conselheiro Miguel Lobato solicitou destaque no sentido de alterar o texto para “recomendar ao Ministério das Cidades que faça gestão para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria Geral da Presidência da República e a Casa Civil da Presidência da República”, porque os recursos não dependem só do Ministério das Cidades, já que o corte quem está fazendo é o Planejamento sob orientação da Presidência da República. O conselheiro André Guimarães ponderou que foi discutido dentro do Comitê de Planejamento, que do ponto de vista das execuções orçamentárias o ministro pode

escolher quais serão os cortes, dentro do limite estipulado, sem mexer nos recursos que interessam ao Conselho. O conselheiro Miguel Lobato manteve sua proposta, pela irracionalidade do corte linear; explicou que o debate é com o Ministério do Planejamento, a Casa Civil e a Secretaria Geral, para não cortarem no Ministério das Cidades. Sem nenhum voto contra, o destaque foi incorporado à resolução. Em seguida foi lida a 6ª resolução, (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião - Proposta Planos Municipais) que estabelece orientações relativas à participação social na elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Após o esclarecimento do conselheiro Marcos Landa sobre cidades que não têm nenhum conselho, foi redigido um novo artigo recomendando a participação dos membros do Concidades nos estados e municípios onde não tem conselhos, durante o processo de elaboração dos planos de saneamento básico. No artigo segundo, foi incorporada a garantia da participação no processo dos conselhos estaduais e locais, e no terceiro, a participação dos setores e segmentos com representação no Conselho das Cidades. Sem discordâncias, a resolução foi aprovada. Foi lida a 7ª proposta (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião - Proposta Seminários Plansab), que estabelece orientações relativas à discussão e debate da proposta do PLANSAB. O debate da proposta ensejou algumas polêmicas, especialmente sobre o custeio dos participantes e o calendário dos seminários. Por trás do primeiro debate procurava-se garantir a proporcionalidade dos segmentos do Concidades, para a defesa das posições antagônicas implicadas no Plansab. Argumentou-se que alguns segmentos têm autonomia para se deslocar para onde quiserem, enquanto que outros dependem de recursos públicos para viajar, e este recorte representa os interesses econômicos e ideológicos antagônicos que serão debatidos. Esta diferença de capacidade financeira pode criar um desequilíbrio de forças, que só é superado pela manutenção nos fóruns de discussão, da mesma proporcionalidade que existe no Concidades, por meio do financiamento público para os segmentos menos privilegiados. Assim, houve várias propostas referentes a quais segmentos seriam bancados, e divergência sobre se o Governo Federal ou os estaduais e municipais assumiriam o encargos de viagem e estadia dos movimentos populares. Uma proposta de que o segmento dos empresários não seria bancado não teve concordância e foram lembradas resoluções das Conferências que definiram o financiamento de todos os segmentos. A controvérsia foi decidida em votação entre uma proposta de o Ministério custear todos os segmentos para participarem dos seminários ou outra proposta, do Ministério custear todos os segmentos com prioridade aos movimentos populares. A primeira proposta venceu com 21 votos contra 9. Outras teses polêmicas foram se o financiamento seria apenas para participantes regionais ou para os nacionais; se todos os membros do Comitê de Saneamento ou apenas a sua representação dos segmentos e movimentos participaria de toda a programação. Por acordo, decidiu-se que o GTI e os representantes dos movimentos populares que não estão contemplados no Grupo, participarão de todos os seminários. Houve uma tentativa de alteração do calendário, alegando-se a necessidade de um trabalho mais profundo e que para tanto o Plenário tinha o direito de fazer esta mudança. Aceitando a defesa do respeito à pauta da Reunião, ao trabalho empreendido no Comitê, e pelo fato de que tudo já havia sido suficientemente esclarecido e discutido, tanto no Comitê quanto no Plenário, a única alteração de data aprovada foi a do primeiro seminário, que passou a ser o último, pois o prazo era efetivamente muito curto. Finalizada a votação das resoluções, o conselheiro Marcos Landa apresentou uma proposta de moção lamentando a ausência do Ministro das Cidades e do Secretário Executivo, que participaram apenas da abertura da Reunião. A Coordenadora explicou que ocorreram problemas e que ela havia acabado de assumir a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades, não dispondo, ainda, de um suporte

adequado Aceitou como pertinente a moção e afirmou ser do interesse, tanto do Ministro quanto do Secretário Executivo prestigiarem o Concidades. Como representante delegada do Ministro, pediu desculpas e solicitou que fosse registrado que não era falta de atenção com o Conselho, e sim um problema administrativo, de organização e de transição. Reafirmou sua determinação como Secretária Executiva de privilegiar o Conselho. Os conselheiros Marcos Landa e Miguel Lobato agradeceram o empenho e o trabalho de Luciana Senra e Elcione Diniz, que estavam saindo do Ministério. A Coordenadora salientou a postura extremamente ética do senhor Elcione Diniz, o que propiciou uma boa transição, apesar das dificuldades inerentes aos momentos de mudança de gestão. O conselheiro Miguel Lobato solicitou que fosse enviado em nome do Conselho das Cidades um voto de pesar à família do ex-presidente José de Alencar, que foi quem deu posse ao Terceiro Mandato do Conselho (constante dos anexos da ata da 28ª Reunião Ofício Condolências). Em seguida foi feito um minuto de silêncio à memória do vice-presidente. Na sequência deliberou-se sobre o novo suplente para o Grupo Executivo Intergovernamental da Amazônia Legal. Foram apresentados os nome dos conselheiros Herivelto Bastos e de Alcir Matos, que foi o mais votado. Em seguida foram apresentados os nomes dos conselheiros Gilson Silva e Manoel Wanderley Oliveira para concorrer por uma vaga de suplente, representando o Concidades no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea. Levada a decisão para deliberação do Pleno foi escolhido o conselheiro Gilmar Silva, e foi mantido como titular o conselheiro Iramar Cardoso. O conselheiro André Guimarães pediu a palavra para agradecer Celso Carvalho, no momento da exoneração do cargo de Secretário Nacional de Programas Urbanos, por sua militância em defesa da reforma urbana. A Secretária Executiva do Conselho das Cidades fez questão de registrar e agradecer publicamente todo o apoio recebido da parte de Celso Carvalho. O conselheiro Alcir Matos apresentou as boas vindas para a Coordenadora Marta Morosini. No encerramento dos trabalhos, a Coordenadora Marta Morosini, se despediu e agradeceu a presença de todos. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Mário Negromonte

Presidente